



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Núcleo de Licitação

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Procedimento Licitatório Eletrônico nº 001/2023 – NLC/PRES

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para implantação da galeria pluvial às margens da rodovia BR 060 e complementação do sistema de drenagem pluvial das quadras QR 511 a 523, 2ª Avenida Sul - entre as QRs 323 a 327 em Samambaia - DF, devidamente especificado no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

1. **DA INTRODUÇÃO**

- 2.1. O Procedimento Licitatório Eletrônico nº 001/2023 – NLC/PRES foi suspenso, conforme Aviso de Suspensão publicado em em 04 de abril de 2025 ([167521681](#)). Na presente data, foi republicado novo edital, com a reabertura do certame prevista para o dia 28 de maio de 2025 ([165410550](#)).
- 2.2. Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº ([167414809](#)).

3. **DA TEMPESTIVIDADE**

- 3.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

4. **DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE**

- 4.1. As razões apresentadas pela associação interessada incluem as indagações a seguir, que foram respondidas pela área técnica por meio do Despacho nº ([169555629](#)).

Questionamento	Resposta

Ocorre que, da análise do referido Edital, constata-se a existência de circunstâncias problemáticas que devem ser avaliadas, ultimando pelo sucesso da vindoura contratação, vide as considerações adiante.

II – NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO NO EDITAL. Itens com preços referenciais muito inferior aos praticados no mercado e omissos.

Conforme informações encaminhadas por seus associados, diversos itens nas composições de preços no orçamento referencial do Edital possuem valores muito inferiores a o que é praticado pelo mercado, sendo certo que diversos desses se encontram na curva ABC, sendo, portanto, de elevada importância à escoreita execução do objeto licitado.

Os itens 3.5, 4.5, 8.5 e 9.5 da planilha Corpo BSCC indicam valores muito abaixo do que é praticado no mercado, induzindo a potencial dano à futura contratada, que terá que assimilar tal distorção, causando prejuízo e, mais importante, será criada situação de ameaça à regular execução do objeto licitado, implicando possivelmente em pedidos de celebração de aditivo ao pacto, com concretas chances de interrupção na prestação de serviços ou, em último caso, abandono, tudo por ausência de condições financeiras, o que não pode ser admitido pela Administração Pública.

A planilha abaixo, consistente na pesquisa de mercado realizada por associada da "empresa", demonstra tal problema existente no Edital, registrando a grande diferença (a maior) entre os preços orçados e os efetivamente praticados no mercado.

DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.	Custo unitário médio (COTAÇÃO)	Custo médio Total (COTAÇÃO)	Custo unitário (EDITAL)	Custo Total (EDITAL)
Corpo BSCC - SEÇÃO 2,0 X 2,0 M FECHADA - PRÉ-MOLDADO - TIPO II - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m	2.030,00	R\$ 4.925,60	R\$ 9.998.961,23	R\$ 1.804,51	R\$ 3.663.161,19
Corpo BSCC - SEÇÃO 2,20 X 2,20 M FECHADA - PRÉ-MOLDADO - TIPO II - AREIA E BRITA COMERCIAIS (Exclusivo: seção 2,0 x 2,0 M Inc: 2,20 x 2,20 M)	m	127,60	R\$ 5.548,65	R\$ 708.008,17	R\$ 2.035,07	R\$ 259.675,11
Corpo BSCC - seção 1,65 x 1,65 m fechada - pré-moldado - tipo II - areia e brita comerciais (Exclusivo: seção 1,5 x 1,5 M Inclusive: 1,65 x 1,65 M)	m	125,21	R\$ 3.697,33	R\$ 462.942,69	R\$ 1.611,24	R\$ 201.743,25
Corpo BSCC - SEÇÃO 1,80 X 1,80 M FECHADA - PRÉ-MOLDADO - TIPO II - AREIA E BRITA COMERCIAIS (Exclusivo: seção 2,0 x 2,0 M Inc: 1,80 x 1,80 M)	m	540,00	R\$ 4.429,21	R\$ 2.391.771,60	R\$ 1.643,94	R\$ 887.729,22
TOTAIS sem BDI			R\$ 13.561.683,69			R\$ 5.012.308,77

Foi aberto um processo SEI nº [00112-00006538/2025-54](#) a respeito dos preços das galerias utilizados nas estimativas de preço do Edital com os praticados na pesquisa de mercado realizada pela empresa, assim como a mão de obra que não há na composição o pedreiro e o manilheiro, havendo a apenas a previsão do servente. Informamos que tivemos uma determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) SEI nº [\(151547886\)](#) que ficou definido a utilização da base do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO como referencia de preços, em especial para os serviços afetos à execução de "ADUELA/GALERIA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO ARMADO". Onde só após o envio da documentação comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal, para a Liberação e continuidade do procedimento Licitatório.

- Quanto a alteração dos preços nas galerias.

Vale lembrar que, na primeira estimativa as Galerias foram elaboradas pela tabela SICRO ([101624163](#)), houve questionamento de empresas quanto aos valores das galerias e retornado a esta unidade para atendimento ([108611651](#)). Salientamos que foram realizadas novas estimativas utilizando a tabela do SINAPI ([118984418](#)) e em nova analise do TCDF foi determinado a utilização da Tabela SICRO ([151547886](#)). Onde foi atendida a determinação do parecer do TCDF, conforme segue:

II – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap que adote a base do Sistema de Custos Referenciais de Obras – Sicro como referência de preços, em especial para os serviços afetos à execução de “ADUELA/GALERIA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO ARMADO”, em atenção ao art. 4º do Decreto n.º 7.983/2013, à Decisão TCDF n.º

Mostra-se essencial que o problema ora noticiado seja sanado por este i. NOVACAP, a fim de preservar a possibilidade do futuro contratado executar fielmente o objeto licitado.

Noutro giro, também se verificou que há serviços com composição de preços no orçamento referencial eivados de omissão em relação a atividades essenciais à sua boa execução.

Nesse sentido, constatou-se que na composição do serviço atinente ao assentamento de galerias, a mão de obra necessária à sua execução não foi adequadamente contemplada, visto que não consta na composição o pagamento dos profissionais “pedreiro” e “manilheiro”, havendo apenas previsão de “servente”, impactando drasticamente nos preços orçamento para tal serviços, que se encontram no orçamento posicionada com **déficit de mais de meio milhão de reais**.

Ao não contemplar o pagamento de profissionais essenciais à execução dos serviços, pedreiro e manilheiro, o preço orçado foi de R\$ 23,57 por metro, no entanto, quando tal omissão é sanada, vê-se que o seu real preço é, em média, de R\$ 203,75, o que demonstra que o vício ora apontado enseja grande prejuízo a ser suportado pela futura contratada, que, como exposto acima, não deterá condições financeiras de executar o objeto licitado a tempo e modo esperados pela Administração, deixando larga margem para o insucesso da vindoura contratação e a interrupção de essencial serviço público.

Sempre com o máximo respeito, mostra-se imperioso que a Administração Pública corrija tais distorções no orçamento referencial, sob pena de se admitir a contratação de proposta inexecutável e, portanto, superfaturada sob a ótica da Lei.

Situações como a ora noticiada não são raras, tendo o e. Tribunal de Contas da União – TCU, dentro de sua competência, entendido ser inaceitável que haja excessiva defasagem nos orçamentos que orientam contratações públicas.

Por oportuno, confira-se adiante o valoroso trecho do voto condutor no v. acórdão n. 2593/2013-TCU-Plenário, no bojo da TC n. 000.723/2013-4, Relatoria do Exmo. Min. Walton Alencar Rodrigues, no qual é analisada situação análoga a destes autos e também foi bem exposto o entendimento da jurisprudência uníssona daquela c. Corte.

(...) No entanto, o que não pode ocorrer é defasagem muito grande entre a data do orçamento-base e a data da licitação. Como o orçamento da Administração serve como critério de aceitabilidade de preços previsto no art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93, se o orçamento-base estiver

2.731/2021 e ao princípio da economicidade;

- Quanto a mão de obra que não há na composição o pedreiro e o manilheiro.

As composições de preços unitários apresentadas, tem como referência as tabelas oficiais como SICRO (DNIT), SINAPI (Caixa Econômica Federal) e outros, não alterando o teor de suas composições como equipamentos, mão de obra, materiais, onde os mesmos, seus coeficientes são aferidos e atestados chancelados pelos órgãos de controle.

desatualizado, a licitação pode não atrair empresas interessadas, ou as propostas podem ser desclassificadas. Essa situação foi tratada no relatório do Acórdão 1.996/2010-TCUPlenário, no qual se analisou licitação em que a proposta vencedora, com data-base de setembro de 2009, apresentou preços superiores ao preço do orçamento-base, com data-base de setembro de 2008. Nesse caso, admitiu-se que a Administração retroagisse os preços da proposta a fim de compará-la ao preço do orçamento, caso contrário a licitação seria fracassada. Já no caso do Acórdão 3.014/2011-TCU-Plenário, relativo a obra pública, a desatualização do orçamento-base foi considerada irregularidade, conforme o voto do Ministro-Relator: “Quanto à utilização de orçamento desatualizado na licitação, entendo que a diferença de tempo entre a data-base do orçamento da licitação (junho de 2002) e o lançamento do edital da Concorrência 030/2003 (setembro de 2003) é significativa, o que contraria o disposto no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993. Ou seja, a avaliação do custo real da obra por parte da Administração ficou prejudicada, razão pela qual rejeito as justificativas dos responsáveis.”

Ressalta-se que no caso analisado pelo e. TCU, o ajuste da cláusula contratual que implicou em excessiva defasagem teve de ser feito através de termo aditivo, tendo em vista que a execução do pacto estava em curso, de forma que se mostra frutífera a imediata atuação desta i. NOVACAP para evitar o início de contrato irregular, mediante a atualização dos preços referenciais contidos no Edital, bem como o saneamento das omissões apontadas no orçamento.

III - CONCLUSÃO

Com a implementação das medidas acima sugeridas, acredita-se que este i. Ente Público velará pelo atingimento do interesse público, visto que, de forma imediata, dará condições aos contratados para que executem os serviços contratados, de forma apropriada e no tempo esperado, rogando-se neste momento que a i. NOVACAP promova a adequação dos valores dos Itens itens 3.5, 4.5, 8.5 e 9.5 da planilha Corpo BSCC, para que passem a refletir o valor praticado pelo mercado, bem como passe a

incluir valor para custeio da mão de obra do pedreiro e do manilheiro na execução dos serviços atinentes ao assentamento de galerias.

Na qualidade de representante das empresas do ramo da construção civil do Distrito Federal e com o justo intuito de contribuir com o aperfeiçoamento das contratações públicas, reitera seu sincero compromisso em contribuir com o aprimoramento das contratações públicas e, certa de sua atenção, solicita sejam levadas à elevada consideração de Vossa Excelência as considerações ora trazidas, permanecendo à inteira disposição para fornecer quaisquer outras informações que se fizerem necessárias.

4.3. É o breve relatório.

5. CONCLUSÃO

5.1. Sendo estas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

5.3. A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e será divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e www.licitacoes-e.com.br (Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 07/05/2025, às 15:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=169967202)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=169967202)
[verificador= 169967202](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=169967202) código CRC= **CA31A14E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

Criado por [daniela.sakamoto](#), versão 10 por [aline.alves](#) em 07/05/2025 15:52:06.